

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Há cerca de um mês, foram publicadas pela Comunicação Social as seguintes palavras do Secretário de Estado dos Transportes: «O Governo tudo fará para que, se houver necessidade de ajustamentos adicionais de efetivos, eles sejam feitos no mesmo clima de paz social que foram feitos até aqui. Não me passa pela cabeça que seja necessário chegar a um processo de despedimento coletivo».

No dia 26 de Março, a Administração da CP anunciou o despedimento coletivo de 13 trabalhadores.

Num país com os valores de desemprego brutais, com as carências reconhecidas nas redes de infantários, com as taxas de natalidade em queda, o Governo opta por encerrar dois infantários, despedir os seus trabalhadores e desaproveitar os equipamentos a ele afetos. E prepara já o encerramento de um terceiro infantário, no Entroncamento. É a ideologia neoliberal em todo o seu esplendor, a impor um rumo oposto às necessidades do Homem e do País.

O Governo respondeu ao questionamento do PCP sobre este processo, em termos que merecem repúdio, pondo em causa as perspetivas da qualidade pedagógica destes Infantários e considerando apenas as “atividades principais da empresa” como se serviços sociais e direitos dos trabalhadores fossem uma espécie de "extravagância" sem sentido.

Foram tratadas de uma forma inaceitável, sem o respeito ou a consideração que mereciam, pessoas que deram o melhor do seu saber e da sua sensibilidade, algumas delas durante mais de trinta anos, a esta empresa – e principalmente às crianças de sucessivas gerações que passaram por estes equipamentos.

Chegou ao nosso cuidado o testemunho de uma destas trabalhadoras que agora estão confrontadas com este vergonhoso processo:

«(...) trabalhámos sempre, ao longo destes anos, com e pelas nossas crianças. Trabalhamos para fazer deles adultos solidários, participativos, com sentido de justiça e pertença. A maior parte das vezes conseguimos. Temos a prova quando nos vêm visitar, (...) já no ensino superior, e nos dizem que o essencial da sua vida futura aprenderam aqui, no Infantário!»
É esta realidade e este valor que está a ser malbaratado e desmantelado, propositadamente, pela Administração e pela tutela governamental, ao retirar um bem dos trabalhadores ferroviários e suas famílias.

Quando o Governo procura apresentar aos portugueses uma suposta sensibilidade social, quando fala de “ética social na austeridade”, de “vistos familiares”, etc., etc., estas medidas concretas põem a nu a verdadeira opção e a política que está a ser seguida.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia e Emprego:

O Governo vai exigir à Administração da CP a revisão desta sua decisão, ou podemos assumir que as palavras do Secretário de Estado eram só para adornar a imagem do Governo na Comunicação Social?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 30 de Março de 2012

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)